

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.745 - SP (2020/0037839-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA E OUTRO(S) -**  
**SP353135A**  
**SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - SP295139A**  
**AGRAVADO : NILO PRADO**  
**ADVOGADO : PAULO MARCOS VELOSA - SP153275**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BANCO DO BRASIL SA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdãos proferidos pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementados:

OBRIGAÇÃO DE FAZER. Empréstimos. Servidor público aposentado. Descontos consignados nos proventos de aposentadoria e débitos na conta corrente destinada ao seu recebimento. Retenção integral dos vencimentos do autor. Limitação determinada para garantir a dignidade e a subsistência do devedor. Pedido de rejeição das demais teses revisionais que já fora acolhido pela respeitável sentença. Falta de interesse recursal quanto ao ponto. RECURSO NÃO PROVIDO, na parte conhecida (fl 679).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Omissão. Reconhecimento. Fixação de honorários de sucumbência para a fase recursal. Cabimento. Necessidade, todavia, de manutenção dos parâmetros eleitos pela respeitável sentença. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS (fl. 707).

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art 5º, XXXVI, da CF/88, relativo à legalidade dos procedimentos adotados pela instituição financeira, trazendo os seguintes argumentos:

Pelo que se vê da argumentação acima e dos autos, não há nenhuma irregularidade praticada pelo recorrente, sendo a parte recorrida de fato é correntista e contratante dos serviços e produtos fornecidos pelo Banco Réu que contraiu, além do uso e gozo de outras vantagens, o de recebimento de proventos que são creditados em sua conta corrente.

[...]

Ademais, o princípio da boa-fé foi observado, eis que em nenhum momento impôs que seus serviços fossem contratados e, como demonstram as cláusulas presentes no contrato, todos os encargos e taxas aplicados in

casu foram expressamente pactuados.

[...]

A liberdade de contratar é decorrente da liberdade individual, estando assegurada entre as garantias constitucionais dos direitos individuais (art. 5º, inciso XXXVI, da CF) (fls. 687/689).

Quanto à segunda controvérsia, sustenta a inexistência de onerosidade excessiva no contrato avençado entre as partes, porquanto:

As estipulações contratuais que tratam dos encargos pactuados, no caso em tela, estão em consonância com a legislação vigente, foram ajustadas dentro do espírito de livre negociação entre as partes e, acima de tudo, com um preço justo pela remuneração do capital, que deve ser respeitada e cumprida, na medida em que, no caso concreto, não há como se constatar afronta aos novos princípios norteadores dos contratos surgidos tanto a partir da vigência do Código de Defesa do Consumidor como do Código Civil de 2002 (fls. 690).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt nos EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relator Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Quanto à segunda controvérsia, contata-se o óbice da Súmula n. 284/STF, eis que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata

compreensão da controvérsia”.

Destarte: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente